

## Educação à distância em países lusófonos: o caso do Brasil, de Moçambique e de Cabo Verde.

Distance Education in Portuguese-speaking countries:  
the case of Brazil, Mozambique and Cape Verde

Maria Aparecida da Silva<sup>1</sup>

Marilia de Franceschi Neto Domingos<sup>2</sup>

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria<sup>3</sup>

Ylane de Araújo Almeida<sup>4</sup>

Maria Luzilane Silva Gomes<sup>5</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva identificar e catalogar documentação relativa à Educação a Distância no Brasil, Moçambique e Cabo Verde, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. No caso do Brasil, foi identificada uma vasta produção. Moçambique e Cabo Verde expressam produções bibliográficas escassas, com ênfase em fatos históricos e marcos normativos. Conferiu-se que a busca do entendimento conceitual e da trajetória da EaD apresenta-se como um elemento relevante para quem desejam atuar nesse campo, pois permite entender as diferentes formas de abordagens e os diferentes contextos educacionais.

**Palavras-chave:** Educação a Distância; Brasil; Moçambique; Cabo Verde

**Abstract:** This article aims to identify and catalog documentation relating to Distance Education in Brazil, Mozambique and Cape Verde, through literature and documents. In the case of Brazil, we identified a large production. Mozambique and Cape Verde expressing scant literature production, with emphasis on historical facts and legal frameworks. Be checked that the search for conceptual understanding and trajectory of DE is presented as relevant for those seeking careers in this field element because it explains the different types of approaches and different educational contexts.

**Keywords:** Distance Education; Brazil; Mozambique; Cabo Verde.

<sup>1</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: bianapsq@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

<sup>3</sup> Graduação em Psicologia. Especialização em Saúde Pública. Mestrado em Administração de Empresas (2014). Doutoranda em Administração na Universidade de Fortaleza. E-mail: bianapsq@hotmail.com

<sup>4</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Graduanda em Administração Pública.

<sup>5</sup> Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Graduanda em Administração Pública.

## 1. Introdução

Em um mundo que exige cada vez mais especialização, maior capacidade de adaptação a mudanças cada vez mais rápidas, a educação continuada é uma necessidade. O grande problema é conciliar trabalho e estudo, necessidade de formação com distância dos locais onde são oferecidas.

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) podem facilitar o acesso à informação de forma síncrona (simultânea), independente da distância geográfica ou assíncrona, respeitando as disponibilidades de tempo e horário e até fuso-horário entre quem fornece o conhecimento e quem o busca.

A Educação a Distância (EaD) tem se desenvolvido como um tema de investigação em crescimento no âmbito das discussões científicas, considerando sua penetração em diversos espaços sociais. A utilização das TICs tem contribuído para a popularização e para a rápida expansão dessa modalidade de ensino pelo mundo.

A disseminação das iniciativas em EaD, nos últimos anos, não pode mais ser desconsiderada. Hoje se pode constatar o impacto dessa modalidade de ensino nas transformações das concepções sobre educação e comunicação. Com as TICs, não só se percebe transformação dos modos de educar, mas são causa e consequência de mudanças nas noções de espaço e de tempo e que dão suporte a novos projetos de subjetivação e de socialização (BOHADANA; VALLE, 2009).

A utilização de EaD gera possibilidades que marcam essa concepção de ensino e que incentivam a prática de reflexões sobre algumas questões do ensino tradicional. A universalização, democratização, internacionalização, interiorização, e, no âmbito público, a garantia de acesso gratuito e o forte componente de inclusão social, são as principais contribuições da educação realizada a distância. Torna-se cada vez mais frequente observar a EaD como um caminho privilegiado para atender demandas de formação de professores, e, mais recentemente, formação de gestores públicos (ARAUJO; VIANA, 2010).

A história da EaD no mundo revela que não se trata de um fenômeno recente. A literatura aponta a educação sendo desenvolvida a distância há vários séculos ou milênios, dependendo da interpretação que se dá a esse fenômeno (ARAUJO; VIANA, 2010). Considera-se que a evolução perpassa pelo desenvolvimento social, econômico e político de cada país e que, partindo dessa concepção, é relevante observar o desenvolvimento da EaD em diferentes países e partilhar o entendimento que a EaD é um fenômeno educacional que tem transformado cenários e tem agregado potencialidades reais de desenvolvimento social.

Pode-se verificar alguns marcos históricos na consolidação da EaD no mundo, com início no século XVIII. As primeiras experiências de ofertas de cursos à distância aconteciam por meio da correspondência, durante o século XIX e início do século XX. Os recursos de rádio e de televisão representam o momento seguinte, até as décadas de 1960 e 1970. O final do século XX foi o período da utilização das redes de informação e de satélites e que, por meio do uso das TICs, expressou um intenso processo de ampliação da utilização de EaD.

Em termos de geração, Linden (2011) classifica a evolução histórica da EaD em cinco gerações. A primeira de 1840 a 1950, com os cursos por correspondência, a segunda de 1950 a 1960, com as Universidades Abertas, o terceiro de 1960 a 1955, com as multimídias e a quarta com início em 1995, com as múltiplas tecnologias. Uma quinta geração discutida é marcada pela diminuição dos custos de forma ainda

mais acentuada (LINDEN, 2011)

No século XIX, a EaD inicia suas atividades formalmente no contexto internacional por meio de experiências na Suécia, Reino Unido, Berlin, Chicago, França Noruega. A década de 1960 constitui-se como um momento de consolidação da EAD pelo mundo. Universidades e Faculdades Abertas e a distância foram implementadas em diversos países, por meio de incentivos governamentais e em resposta a demandas sociais e institucionais (AZEVEDO, 2012).

O aspecto da internacionalização da EaD pode representar uma forte característica sua. Para ilustrar essa afirmativa, há um registro referente à formação de um Conselho Internacional de Educação a Distância (CIED) em 1938 a que teve início no Canadá com a participação dos Estados Unidos (MOORE; KEARSLEY, 2010). Assim, percebe-se que a EaD emergiu em vários países, mas já se pronunciava, desde meados do século XX, preocupações com seu alcance em nível internacional. Além disso, infere-se que a existência hoje de maior mobilidade internacional de pessoas, tecnologias e informação gera, também, necessidades de conhecimento de experiências educacionais diversas, para que seja possível uma maior compatibilidade entre métodos, técnicas e mesmo conteúdos, de forma a permitir que diplomas obtidos em um país sejam válidos (ou possíveis de serem revalidados) em outro(s).

A expansão da EAD pelo mundo contribuiu com a formalização de algumas ações e, em especial, da regulamentação dos cursos por parte do governo. No Brasil, os instrumentos legais e normativos sobre EAD teve início em 1996 com a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação (MEC), e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996.

Mesmo assumindo que a história do Brasil é extensa e merece uma leitura aprofundada, este artigo enfatiza os aspectos legais que dão os contornos normativos e as concepções subjacentes nesses documentos de referência. Mas, pode-se verificar que a trajetória da EaD no Brasil revela sua capacidade de promover inclusão social por meio da interiorização e expansão do ensino, incentivado, principalmente, pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007). Pode-se considerar que esse fator representa uma conquista brasileira (SOUSA, 2008).

Os fenômenos comuns em relação ao contexto brasileiro e o contexto internacional sobre a EaD é que TICs têm possibilitado um avanço considerável de acesso a educação e que os países, observando esse intenso avanço, buscam fazer a gestão da EaD por meio de seus instrumentos normativos.

Experiências anteriores de projetos brasileiros realizados na África, por exemplo, ou destinados a africanos que cursem universidade no Brasil tem tido seus resultados limitados, muitas vezes, por questões que poderiam ser facilmente resolvidas e não o são devido ao desconhecimento das legislações locais.

Além disso, algumas experiências de EaD apresentadas em estudos realizados no Brasil tem apontado as dificuldades de se transpor um modelo de educação de um país em outro, sem as necessárias adaptações às realidades locais.

Assim, este artigo foi produzido a partir de informações sobre a trajetória de EaD de três países: Brasil, Moçambique e Cabo Verde. A decisão de escolher Brasil, Moçambique e Cabo Verde para iniciar a pesquisa deve-se ao fato de que os contatos com Moçambique encontram-se bastante avançados no tocante ao ensino presencial e há demanda especificada de cursos na modalidade à distância. Para o segundo,

desde 2007 o Governo brasileiro financia por meio da CAPES apoio à implementação e desenvolvimento de programas de EaD no ensino superior, com suporte em acordos de cooperação técnica celebrados entre Brasil e Cabo Verde.

Outra característica no tocante às mídias e tecnologias torna esses países interessantes para análise. Enquanto em Moçambique o acesso à internet é restrito devido ao alto custo, baixa disponibilidade e velocidade na transmissão de dados, sendo que o meio mais usual utilizado pela EAD é a transmissão de aulas via rádio, em Cabo Verde, o acesso à internet, através das “praças digitais” (praças públicas com acesso à web sem fio, disponibilizado gratuitamente) permite o uso da EAD por meio de plataformas virtuais. Dados preliminares, no entanto, informam que ambos os países privilegiam a educação via rádio, uma mídia hoje pouco utilizada no Brasil para educação.

A busca de legislação sobre EaD nos países citados poderá ajudar traçar possibilidades e desafios desses países para a implantação e desenvolvimento da EaD, favorecendo o aspecto social imbricado nessa modalidade de ensino.

## 2. Metodologia

O aspecto metodológico da pesquisa que gerou este artigo é bibliográfico e documental. A análise documental, “enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo as informações” (BARDIN, 1977, p. 35) e, assim, favorecer acesso a informações importantes para consultas e referências durante a elaboração do projeto.

O estudo foi desenvolvido sobre Brasil, Cabo Verde e Moçambique. Com a pesquisa objetiva-se identificar e catalogar a documentação educacional relativa à EaD disponível, identificar a legislação específica sobre EaD desses países.

Para atender os objetivos procurou-se, de cada país, informações variadas sobre EaD, por meio de diferentes temáticas. Tais estudos foram analisados de acordo com algumas categorias de conteúdo, a saber: I. legislação existente sobre Educação Aberta e à Distância (vigente e anterior); II. tipos e modalidades de EAD existentes: graus, níveis, formas, entidades que ofertam (públicas ou privadas); III. gerência e oferta de EaD (órgãos gestores, reguladores e financiadores) e IV. literatura pertinente a EaD (livros, teses, dissertações e artigos publicados no país, incluindo o que foi publicado sobre o tema referente ao país e eventualmente estudos comparativos com outros países). **Nesse momento, buscou-se também recolher informações a respeito da produção acadêmica e científica referente ao tema produzidas por pesquisadores locais que permitam um olhar “local” entre os países pesquisados.**

A estratégia de busca da produção existente sobre os temas envolveu pesquisas em bases de dados disponíveis *on-line*, como *Scientific Electronic Library On-line* (SciELO), que disponibilizou alguns artigos nos periódicos: Educação & Sociedade, Educação & Pesquisa, Psicologia, no site da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração Pública (ANPAD), e no site da Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED). Como descritores para busca foram utilizados os seguintes termos: Educação a Distância no Brasil, Educação a Distância em Moçambique, Educação a Distância em Cabo Verde, Gestão em Educação a Distância, modalidades/filosofias de EaD.

Os livros pesquisados e utilizados estavam disponíveis no acervo da biblioteca da Universidade promotora da pesquisa e outros documentos foram encontrados na internet. Neste último, os achados consistiram em trabalhos científicos, como monografia de graduação, teses, dissertações, sites acadêmicos e governamentais. Desse modo, o conjunto de documentos foi formado por livros e artigos, anais, publicações resultantes de seminários, palestras realizadas e relatórios.

### 3. Resultados e discussões

#### 3.1. Educação à distância no Brasil

A implementação da EaD, como política pública, objetivando a expansão do ensino no Brasil, vem ganhando novos espaços e conseguindo adesão de milhões de pessoas. Os dados do Ministério da Educação (MEC) revelam que no fim do ano de 2009, a Educação a distância contava com 111 instituições de Educação Superior, entre as quais, 52 eram particulares e 48 federais, estaduais e institutos federais. “A maioria das matrículas é de instituições privadas, sendo 60,5% em instituições com fins lucrativos e 14,5% em instituições sem fins lucrativos”. (CENSO EAD, 2012).

O Censo do Instituto de Ensino Superior (Inep) de 2010 confirmou a tendência de crescimento dos cursos na modalidade de ensino a distância, atingindo 14,6% do total do número de matrículas de alunos do ensino superior. Os cursos presenciais atingiram o total de 3.958.544 matrículas de bacharelado, 928.748 de licenciatura e 545.844 em cursos de tecnologia. Já a EAD somou 268.173 matrículas de bacharelado, 426.241 de licenciatura e 235.765 em cursos de tecnologia (CENSO EAD, 2012, p. 17).

A história da EaD no Brasil teve início em 1904, por meio de instituições privadas que ofereciam ensino por correspondência. Por volta de 1920 foram registradas experiências de educação a distância via rádio. Em 1923 foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que transmitia programas de literatura, radiotelegrafia e telefonia, entre outros.

O percurso brasileiro foi marcado por alguns eventos importantes. Entre as décadas de 1970 e 1980, algumas ações merecem destaque. Em 1979 a Universidade de Brasília desenvolveu projetos com apoio da Open University (UKOU) da Inglaterra. Essas projetos tomaram grande proporção e se institucionalizaram em 1989, por meio da criação do Centro de Educação Aberta Continuada a Distância (CEAD), momento de referência como lançamento da EAD no Brasil, e em 1992 foi criada a Universidade Aberta de Brasília.

Em 1980, com o crescimento do uso das TICs, processou-se a informatização e a reestruturação do Sistema de Teleducação, especialmente entre 1988 a 1991. O Departamento Nacional de Educação criou em 1995 o Centro Nacional de Educação a Distância (CEAD), um setor destinado exclusivamente à EaD. Em 1999 o Ministério da Educação (MEC) se organizou para credenciar oficialmente instituições universitárias para atuar na EAD, processo que ganhou corpo em 2002. Os dados mais atuais destacam a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que foi instituída por meio do Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 (MACHADO, 2011).

É importante ressaltar que as bases legais para a modalidade de EaD foram estabelecidas pela Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), especificamente no artigo n. 80 que define que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas e ensino a distância, nos diversos níveis e modalidades de ensino, e educação continuada. Essa modalidade é regulada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e pela Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. De acordo com os essas normas, a EaD no Brasil é regulamentada por legislações que contemplam vários aspectos como: credenciamento, regulamentação, avaliação, parâmetros de qualidade, direitos autorais e outras disposições que disciplinam o funcionamento pleno das instituições que ofertam cursos à distância, garantindo, assim, as referências para uma educação de qualidade.

O Decreto no 5.622/2005 regulamenta o artigo n. 80 da lei supracitada e traz a definição de EaD no parágrafo primeiro: caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Em 2006 o Decreto n. 5.773 revoga algumas disposições anteriormente previstas, sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Os decretos abrangem questões relacionadas as diretrizes legais para a prática de EaD no Brasil. Outro documento relevante é o que define os Referenciais de Qualidade, que segundo consta, não tem força de lei, mas é essencial para orientar as instituições e comissões de especialistas para análise da oferta de cursos a distância (COSTA, 2012).

Os modelos de Educação à Distância utilizados pelas instituições de ensino superior, tanto da esfera pública ou privada, são bastante parecidos. No Brasil, há predomínio do modelo semipresencial, com acompanhamento dos alunos perto de onde moram (em polos).

Segundo informação do Censo EaD.br (2010) a mídia mais utilizada para cursos a distância ainda é o material impresso: 87,3% das instituições o utilizam, seguido pelo e-learning (71,5%) e pelo vídeo (51,7%). Ao contrário do que se poderia esperar, até mesmo as instituições que possuem grande número de alunos em polos educacionais utilizam, com grande frequência, a mídia impressa. No entanto, a produção e adequação de diversas mídias representa 60% da procura por produtos e serviços em EaD (CENSO EAD, 2012).

Pode-se constatar que o número de instituições de ensino autorizadas pelo governo a oferecer cursos à distância é cada vez maior. No entanto, os resultados apontam para a problemática da evasão escolar. Com suporte nos números de evasão, pode-se constatar que o grau de desistência chega a atingir mais da metade dos alunos que ingressam nesta modalidade de ensino. Outra parte expressiva experimentam reprovações. Possivelmente estes índices decorrem da falta de experiência nesta modalidade, tanto do acadêmico como das instituições de ensino superior e das resistências dos alunos e dos professores a EaD (SOUZA JUNIOR, 2012).

Tentar driblar a dificuldade do fenômeno da evasão e garantir EaD com parâmetros de qualidade e de forma equitativa são desafios que o Brasil tem que superar para que possa ser referência de ensino, não só no Brasil, mas no exterior. Atualmente, vive-se o momento ideal para voltar os olhos para os limites regulatórios, acadêmicos e administrativos, objetivando maior apoio da modalidade de ensino a distância, que representa uma possibilidade favorável para a expansão do ensino superior no Brasil.

### 3.2. A educação à distância em Moçambique

Após conseguir sua independência, em 1975, Moçambique herda de Portugal um sistema educativo com muitas fragilidades, principalmente em relação à falta de acesso, elevadas taxas de analfabetismo, falta de qualificação docente e problemas de gestão. O comprometimento nacional com a educação tornou-se uma prioridade de desenvolvimento nos anos seguintes e, com isso, o país atingiu resultados importantes nos últimos anos. Segundo o relatório publicado pelo AfriMAP (Africa Governance Monitoring and Advocacy Project) e pela Open Society Initiative for Southern África em abril de 2012, as taxas de escolarização aumentaram substancialmente, e as taxas de analfabetismo reduziram cerca de 90% no início dos anos 1970 para 48% em 2008. No entanto, Moçambique ainda luta para atingir a meta de, em 2015, oferecer o ensino primário para todas as crianças em idade escolar.

No que se refere às dificuldades em proporcionar qualidade a educação, considerando aspectos contextuais e políticos, observa-se que as fragilidades também são identificadas no Ensino Superior. O Governo moçambicano tem investido nesse nível educacional que tem crescido nos últimos anos. Em 2009 o Balanço do Plano Econômico e Social (BdPES), ao tratar da quantidade existente de instituições de ensino superior em Moçambique, identificou 17 instituições públicas e 21 privadas, sendo que estas últimas tiveram um rápido crescimento a partir de 1995, quando foram liberadas para atuar no país. Devido a intensa investida da iniciativa privada e aos índices de baixa qualidade dos cursos, em 2010, o Ministério da Educação determinou a suspensão do licenciamento de novas instituições até que um novo regulamento fosse aprovado para que os novos licenciamentos passem por um processo mais rigoroso (BRITO, 2010).

É importante frisar que, no país, já se reconhece a importância da EaD, porém de forma tímida. Algumas instituições utilizam a EaD, como, por exemplo, a Universidade Católica de Moçambique (UCM), a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), e, mais recentemente, a Universidade Pedagógica (UP), a Escola Superior Aberta (APolitecnica-ESA) e o Instituto Superior Dom Bosco (ISDB).

O país iniciou suas experiências em EaD na década de 1980 no campo da formação de docentes, adotando em seus procedimentos metodológicos, o uso do material impresso e sessões de tutoria presencial. Em 1990 outras instituições incorporaram em suas práticas educativas, características da EaD. Somente em 2001, no âmbito da Estratégia Nacional de Educação, o governo desenhou as diretrizes e a estratégia da EaD para o país, dando início a um conjunto de atividades e projetos que caminham para expansão desta modalidade. (DIAS, 2012).

Em Moçambique o ensino a distância está previsto na Lei no 4/83 do Sistema Nacional de Educação que regulamentou o sistema de educação no país, aprovada em assembléia popular e publicada no Boletim da República em 23/03/1983. No artigo n. 40 dessa Lei fica evidente que a formação de professores por meio da EaD foi instituída como prioridade.

Diante das mudanças ocorridas no país em relação ao contexto econômico e social nas décadas seguintes, fez-se necessária a reformulação do sistema educacional, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto organizativo do sistema. Uma reforma do sistema educacional aconteceu em maio de 1992, por meio da Lei n. 06/92. Entre 2003 e 2004 foram formados os primeiros 40 especialistas em gestão de sistemas de EaD, provenientes de todas as províncias do país (SERRA; ROCHA, 2010). Além disso, a criação do Instituto Nacional de Educação a Distância (INED) de Moçambique, em 2006, foi um sinal claro do

compromisso e do desafio que o país tem pela frente, relativamente à implementação de sistemas de EaD. Após quase vinte anos da reforma do Sistema Educacional de Educação, o ensino a distância é regulamentado pelo Decreto n. 35/2009.

O INED é responsável por emitir normas, parâmetros e padrões para a modalidade no País. As instituições provedoras de ensino à distância em Moçambique podem ser nacionais ou estrangeiras, pública ou privada, que atuem como forma de associação, fundação, sociedade comercial ou cooperativa, estando estas devidamente constituídas na forma da lei (BRITO, 2010).

O Decreto n. 35/2009, também define as normas de funcionamento dessa modalidade de ensino no país. Moçambique vem se desenvolvendo de forma gradativa conforme o desenvolvimento econômico e tecnológico do país. Em relação ao surgimento desta modalidade de ensino podemos inferir que Moçambique está em fase de implantação e aprimoramento, se comparado ao histórico mundial da EaD.

Ao fazer uso de algumas informações do Portal do Governo de Moçambique (2007), Brito (2010) relata a existência de muitas dificuldades enfrentadas pelo país, no que concerne ao funcionamento da EaD. Cita como exemplo o fato de Moçambique possuir uma das coberturas de internet menos desenvolvidas da África, embora tenha sido o terceiro país do Continente a aderir ao uso dessas tecnologias de informação e comunicação. O autor acrescenta que são elevados os custos desse serviço e há fraca penetração da rede telefônica no país. Brito (2010) afirma, ainda, que são muitos os desafios que o país tem diante da implementação desta modalidade de ensino e cita-os na seguinte ordem:

- 1) o reduzido número de profissionais e técnicos com competências específicas em EaD de que o país dispõe; 2) a credibilidade da EaD, pelo fato de ainda estarem muito presentes os valores culturais do modelo tradicional presencial, em grande parte das instituições provedoras, particularmente de Ensino Superior; 3) o forte investimento financeiro inicial que exige a implementação de sistemas de EaD; 4) as fracas habilidades de auto estudo, autonomia e leitura e extrema dependência do professor, que caracteriza a maioria dos estudantes no país; 5) o acesso extremamente limitado às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), os seus elevados custos, as fracas competências no seu uso e até a inexistência de uma “cultura de tecnologia”, na grande maioria da população (BRITO, 2010, p. 38).

Apesar desses desafios, o país está em um processo que avança para a educação à distância, a fim de que essa modalidade possa ser somada às alternativas de formação superior e, conseqüentemente, venha auxiliar no desenvolvimento de Moçambique.

### **3.3. A educação à distância em Cabo Verde**

Após conseguir sua independência em 1975, Cabo Verde teve sua primeira experiência em educação à distância com a realização do Programa de Formação e Capacitação dos Alfabetizadores, por meio da rádio educativa, jornais e boletins, intitulada Voz do Alfabetizador. Esse programa permitiu a formação de alfabetizadores em educação de adultos, que tinha como principal objetivo combater o analfabetismo (UNI-CV, 2006).

Pode-se dizer que a EaD em Cabo Verde começou na rádio educativa, nascida logo após a independência, resultado do interesse de vários Ministérios em criar um projeto, a Rádio Educativa Rural Verde. A

vinda de uma missão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*UNESCO*) em Cabo Verde (1976-1979) permitiu a preparação deste projeto que visava implementar um sistema de rádio a nível nacional que, por meio de programas educativos, contribuiria para o desenvolvimento do país. Desde então, diversos programas vem sendo implantados por meio de parcerias realizadas com outros países, universidades e organizações mundiais que dispõem de recursos técnicos e financeiros para execução de projetos na área da educação e que utilizam a EaD para disseminar o conhecimento em todo o arquipélago. Alguns desses parceiros podem ser citados a seguir: Alemanha, Brasil, Holanda, Portugal, Universidade Aberta de Portugal, Universidade de Aveiro, Unesco, Unicef, Banco Mundial.

O ensino superior em Cabo Verde tem recebido atenção especial nos últimos anos e as razões são variadas. Uma delas diz respeito às conquistas alcançadas no ensino básico e secundário, os quais tem proporcionado aos estudantes a oportunidade de ingressar no ensino superior. Outro fator que tem contribuído é a criação de novos empregos no setor público e privado e que tem exigido novos tipos de conhecimentos, competências e habilidades (BANCO MUNDIAL, 2011).

Um levantamento realizado em 2006 por Silveira (2008) identificou as principais instituições de ensino que ofertam cursos utilizando a EaD em Cabo Verde, como, por exemplo, Instituto Pedagógico de Cabo Verde (IP), Instituto Superior de Ciências Econômicas e Empresariais (ISCEE), Universidade Jean Piaget (UniPiaget), Instituto Superior de Educação (ISE), Instituto Superior de Engenharias e Ciências do Mar (ISECMAR), Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG). As três últimas instituições estão associadas a Universidade de Cabo Verde (UNI-CV).

Algumas infraestruturas específicas foram instituídas em Cabo Verde para apoiarem as ações em EaD, tais como, Laboratório de Educação Digital (LED) da Universidade Jean Piaget, criado em 2002, Direção da Rádio e Novas Tecnologias (DRNTE) criada em 2003, atualmente apresenta configuração voltada exclusivamente para a educação a distâncias e o Centro de Formação a Distância do Instituto Superior de Educação (CeFAD), criado no ano de 2004 (SILVEIRA, 2008).

O sistema de Universidade Aberta está presente em Cabo Verde desde o ano de 2000. Foi concebida pela Direção Geral da Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA) por meio de um convênio celebrado com a Universidade Aberta de Portugal. Por motivos institucionais, em 2002 o programa passou a ser liderado pelo Instituto Superior de Educação (ISE). Os cursos ofertados pelo sistema foram pensados para contemplar quatro áreas consideradas prioritárias, são elas: formação continuada e especializada de professores, formação à distância, formação de formadores e formação completa dos estudantes. Os cursos ofertados fazem parte de diversas áreas do conhecimento tais como Ciências Sociais, Ciências Exatas, Gestão de Informática, Letras, Línguas e Literatura Moderna. A modalidade de formação desse sistema é totalmente à distância com apoio de tutoria feito por professores da Universidade de Portugal, utilizando telefone, fax e e-mail. Além disso, os estudantes matriculados recebem um bloco didático multimídia estruturado (UNI-CV, 2006).

A nova Lei de Bases do Sistema Educativo de Cabo Verde n.º 02/2010, em seu artigo n. 51, traz uma descrição sobre como a modalidade de EaD deve ser praticada. Em suma, a lei destaca que as instituições deverão utilizar-se de meios de comunicação social e das tecnologias de informação e comunicação para assegurar a formação dos alunos e que a modalidade de EaD poderá acontecer no ensino básico no ensino superior e na formação continuada de professores, e que as habilitações conferidas por meio desta modali-

dade deverão ser reconhecidas como equivalentes do ensino formal (CABO VERDE, 2010). Conforme as normas citadas acima, em Cabo Verde a EaD já esteve presente nos subsistemas da educação, mas a prática desta modalidade é mais recorrente no ensino voltado para adultos.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2011 por uma equipe formada por membros do Governo de Cabo Verde e do Banco Mundial, constatou-se que o ensino a distância é uma modalidade percebida como atraente e eficaz, uma vez que possibilitaria elevar o acesso da população ao ensino superior, alcançando todas as ilhas com um padrão constante de qualidade, proporcionando aos cidadãos o direito a educação superior. Esse aspecto representou uma grande conquista do país, tendo em vista as restrições culturais, econômicas e geográficas que marcaram o país durante os anos anteriores a sua independência (BANCO MUNDIAL, 2011).

Após dois anos de funcionamento, a Universidade de Cabo Verde (UNI-CV), única universidade pública existente no país, lançou um projeto-piloto em EaD com o objetivo de estimular a cooperação e a interação pedagógica entre docentes e estudantes, bem como promover o acesso à informação por meio do uso da plataforma Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle). Esta experiência piloto resultou em conquistas, mas também identificou as limitações e dificuldades estruturais enfrentadas pelos professores, estudantes e equipe técnica do projeto, as quais podem ser observadas a seguir:

Problema de conectividade, implicando morosidade no acesso à internet e à plataforma e consequente desmotivação na realização de determinadas atividades; acesso limitado aos computadores devido a elevada taxa de ocupação das salas de informática com aulas e inexistência de uma sala equipada exclusiva para atividades no âmbito da experiência-piloto; capacidade de arquivo na plataforma restrita por estar alojada com toda a rede do Governo e o gestor dessa rede, o NOSI. Há necessidade de disponibilizar espaço para a plataforma com parcimônia; sobrecarga de trabalho dos serviços técnicos e morosidade nas respostas às questões de funcionamento da plataforma; inexistência de standards e de um modelo pedagógico claramente definidos (SANTOS; FERREIRA; PEREIRA, 2010, p. 56).

A introdução das novas TICs tem proporcionado um crescimento na prática da EaD. Alguns projetos como, por exemplo, as praças digitais, permitem que a população tenha acesso à internet sem fio de forma gratuita. Essas praças garantem a conexão dos alunos a ambientes virtuais, bibliotecas e outras plataformas de ensino, permitindo, também, a interatividade entre os envolvidos no processo ensino e aprendizagem. Esta inclusão digital se torna restrita a uma pequena parte da população que possui computador pessoal, ou outro aparelho que conecte a uma rede *wi-fi*, uma vez que a contratação de um provedor para conexão doméstica tem um custo bastante elevado.

De acordo com estudos realizados pelo Banco Mundial (2011), um dos principais entraves à expansão de computadores conectados à internet nas universidades privadas é o alto custo de acesso à internet. Já na Universidade Pública de Cabo Verde o acesso é gratuito, pois está conectada a rede do governo.

O ensino a distância demonstra ser um método eficaz na disseminação do conhecimento em todo arquipélago, tornando possível a acessibilidade à educação, seja através das novas tecnologias de informação e comunicação que estão sendo inseridas, ou por meio da rádio educativa, forma de comunicação local presente há muitos anos a qual foi pioneira na prática de EaD em Cabo Verde (BANCO MUNDIAL, 2011).

Para ilustrar, o uso das TICs é uma prática bastante frequente em Cabo Verde, apesar do país apresentar algumas limitações quanto ao acesso da internet, visto que em Cabo Verde a internet é, ainda, privilégio de poucos. Mesmo onde a Internet é gratuita, como por exemplo nas praças digitais, acesso a internet é limitado a um número restrito de pessoas que possuem computadores pessoais. Ao contrário do serviço da Internet, considera-se que o serviço de telefonia móvel teve uma aderência substancial em Cabo Verde. No geral, os serviços de comunicação em Cabo Verde são bastante caros, tanto a internet, como a telefonia. O custo alto é um dos fatores que mais desafiam a democratização da EaD (BANCO MUNDIAL, 2011).

A Universidade de Cabo Verde desenvolveu iniciativas, como, por exemplo, o projeto Universidade em Rede. Esse projeto prevê a implantação de uma estrutura de comunicação disponível nos vários pontos dos campi (rede *wi-fi*). Além disso, permite a disponibilização de bibliotecas digitais no site da Uni-CV (constam entre os cinco itens mais acessados mensalmente) e a utilização por uma boa parte dos docentes do correio eletrônico para comunicar e trocar conteúdos entre si e entre estes e os estudantes. (SANTOS; FERREIRA; PEREIRA, 2010).

Foram verificados insucessos em algumas das iniciativas registradas em Cabo Verde e as principais razões que as determinaram foram as seguintes: não adequação entre as características da oferta e as necessidades da procura; falta de atenção às condições específicas dos beneficiários, em relação aos custos, modelo pedagógico, e acompanhamento dos estudantes, além da baixa incorporação de novas TICs nas estratégias de trabalho (BANCO MUNDIAL, 2011).

#### 4. Considerações finais

Para o desenvolvimento de projetos de cooperação no âmbito educacional, como por exemplo, as experiências da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em países da África, necessário se faz o aumento da captação de informações sobre as tecnologias utilizadas, as mídias, as formas de gestão e as metodologias utilizadas na EaD, com o objetivo de reunir, de forma objetiva e precisa, dados necessários à construção do projetos de EaD entre os países estudados. Além disso, os resultados possibilitam o compartilhamento de informações que poderão ser úteis nas relações internacionais e para que pesquisadores locais possam ter acesso às informações para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Vale ressaltar que apesar de a necessidade de discussão sobre essa temática, constatou-se que existe uma produção vasta no contexto brasileiro. Em se tratando de Moçambique e de Cabo Verde, são praticamente escassas as produções bibliográficas que tratam de EaD. A maioria das informações referem-se a fatos históricos, sem maiores contextualizações. Foram identificados poucos documentos sobre EaD que poderiam dar maiores indícios sobre a gestão em EaD e as principais modalidades de EaD nos países citados.

Nos três países, tem-se como desafio fazer com que o processo de expansão dessa modalidade seja acompanhado por uma busca de qualidade cada vez maior, por meio de referências específicas para a EaD, haja vista suas peculiaridades, a fim de que se possa formar profissionais e capacitá-los para que se qualifiquem e, conseqüentemente, possam promover o desenvolvimento de seus respectivos países.

Sugere-se que a realização da educação a distância seja pautada nas necessidades de cada país,

principalmente em relação às tecnologias adequadas. É importante ressaltar que tratar da EaD e das TICs implica em políticas públicas e institucionais, financiamento e projetos “instituidores” de alternativas pedagógicas, identificados com os princípios da democratização da educação em seus vários níveis, garantindo acesso e permanência com qualidade (ALONSO, 2010).

Sobre as TICs, a afirmação de Alonso (2010) revela os principais desafios dos três países estudados. No Brasil, conciliar qualidade, garantia de acesso democrático, interiorização, internacionalização e consolidação das inúmeras informações sobre estudos de EaD. Em Moçambique há necessidade de maior atenção por parte do governo em constituir marcos normativos, como expressão do desejo político de que a EaD seja um dos instrumentos de desenvolvimento de país. Já Cabo Verde apresenta iniciativas recentes e inovadoras e tem buscado apoio de organismos internacionais. Talvez, seu principal desafio, assim, como Moçambique, seja oferecer infraestrutura de internet compatível com a expansão de EaD.

Além disso, de acordo com o material encontrado, pode-se constatar, inicialmente, que em Moçambique as mídias e tecnologias mais utilizadas nesta modalidade são: material impresso, rádio, televisão e internet. Neste último caso, o acesso ainda é precário, uma vez que apresenta um custo muito elevado. O Centro de Ensino a Distância da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), inclusive, foi provedora pioneira de EaD baseado na Web.

Conferiu-se que a busca do entendimento conceitual e da trajetória da EaD, apresenta-se como um elemento relevante para quem desejam atuar nesse campo, pois permite entender as diferentes formas de abordagens e os diferentes contextos educacionais, ajudando o planejamento com ênfase no contexto educacional de cada país. “A tarefa de projetar um sistema de educação a distância é um processo complexo devido ao número de componentes envolvidos, às diferentes visões e abordagens quanto à sua eficácia, aos valores em disputa, aos interesses em jogo e às decisões urgentes”. (ELIASQUEVICI; PRADO JUNIOR, p. 309).

## REFERÊNCIAS

ALONSO, K. M. **A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares**. Educ. Soc. [online]. 2010, vol.31, n.113, pp. 1319-1335. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400014>>. Acesso em fev.2013.

ARAÚJO, R. S. e VIANNA, D. M. A história da legislação dos cursos de Licenciatura em Física no Brasil: do colonial presencial ao digital a distância. **Revista Brasileira Ensino Física**. 2010, vol.32, n.4, pp. 4403-1-4403-11.

AZEVEDO, J., C., A. Os Primórdios da EAD no Ensino Superior Brasileiro. In LITTO, F. E FORMIGA, M. (Org) **Educação a Distância**. O estado da arte, 2. ed., volume 2. São Paulo. Person Education do Brasil, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Construindo o Futuro**: Como é que o Ensino Superior Pode Contribuir Para a

Agenda de Transformação Económica e Social de Cabo Verde. [Praia], 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOHADANA, E. e VALLE, L. do. O quem da educação a distância. **Revista Brasileira de Educação**. 2009, vol.14, n.42, pp. 551-564. Acesso em: abr.2013

BRASIL. Lei no 9.394/1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: mar.2013.

BRASIL. **Decreto n. 6.303/ 2007**. Altera dispositivos dos Decretos n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm). Acesso em: Abr.2013.

BRASIL. **Decreto n. 5.773/ 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm).

BRASIL. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em fev.2013

BRASIL. **Decreto 5.622/2005 de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm) Acesso em mar.2013.

BRASIL. **Decreto no 5.800 de 08 de junho de 2006**. Dispõe da criação do Sistema Universidade aberta da Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em mar.2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BRITO, Carlos Estrela. **Educação a Distância no Ensino Superior de Moçambique: UAM**. 2010. 252f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CABO VERDE. **Decreto Lei nº 2/2010, de 03 de maio de 2010**. Revê as Bases do Sistema Educativo. Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Conselho de Ministros, Praia, 07 mai 2010. Série I, n. 17. Suplemento.

CABO VERDE. Governo. **Cabo Verde 2016**: Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016. Praia, 2011.

CENSO EAD.BR. **Organização Associação Brasileira de Educação a Distância**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. Disponível em: <[http://www.abed.org.br/censoead/CensoEaDbr0809\\_portugues.pdf](http://www.abed.org.br/censoead/CensoEaDbr0809_portugues.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2013.

CENSO EAD.BR. **Organização Associação Brasileira de Educação a Distância**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Disponível em <<http://www.abed.org.br/censoead/censo2012.pdf>>. Acesso em: 26 mai 2014.

COSTA, J. R. de M. **O Processo de Institucionalização da Educação à Distância no Brasil**. 2012.169f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DIAS, A. S. **Estudo de governo eletrônico de Moçambique e do estado de São Paulo- Brasil: uma discussão sobre as políticas**. 2012.243f. Tese (Doutorado Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ELIASQUEVICI, M. K. e PRADO JUNIOR, A. C. O papel da incerteza no planejamento de sistemas de educação a distância. **Educação e Pesquisa**. 2008, vol.34, n.2, pp. 309-325. Disponível em <[http://dx.doi.org/10.1590/S1517\\_97022008000200007](http://dx.doi.org/10.1590/S1517_97022008000200007)>. Acesso em abr.2013.

LINDEN, M. M. G. V. D. Histórico da Educação a Distância. In: DINIZ, Ester de Carvalho; VAN DER LINDEN, Marta Maria Gomes; FERNANDES, Terezinha Alves (Orgs.). **Educação a Distância**: coletânea de textos para subsidiar a docência on-line. João Pessoa: Ed. UFPB, 2011. 204 p. Disponível em: <[http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/educaao\\_a\\_distancia\\_coletanea\\_de\\_textos\\_para\\_subsidiar\\_a\\_docancia\\_online\\_1330089617.pdf](http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/educaao_a_distancia_coletanea_de_textos_para_subsidiar_a_docancia_online_1330089617.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2013.

MACHADO, S. P. S. **A educação à distância: conquistas e desafios**. *Revistas Lentes Pedagógicas*, v. 1, p. 1-39, 2011.

MOÇAMBIQUE. **Lei no 04/1983** – Lei do Sistema Nacional de Educação. Disponível em: [http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs\\_gov](http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov). Acesso em: fev.2013.

MOÇAMBIQUE. **Lei no 06/1992** – Reajusta o quadro geral do sistema educativo e adéqua as disposições contidas na Lei no 04/1983. Disponível em: [http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs\\_gov](http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov). Acesso em: fev.2013.

MOÇAMBIQUE. **Decreto no 39/2009, de 30 de junho de 2009**. Aprova o Regulamento do Ensino à Distância. Disponível em: [http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs\\_gov](http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov). Acesso em: fev.2013.

MOCAMBIQUE. **Balço do Plano Económico e Social**. 2009. Disponível em [www.mpd.gov.mz](http://www.mpd.gov.mz). Acesso em: fev. 2013.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **A educação à Distância: uma visão integrada**. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN COSTAS, J. M. **Modelos e avaliação do ensino superior a distância no Brasil**. *ETD : Educação Temática Digital*, v. 10, p. 54-70, 2009.

SANTOS, A. M. dos; FERREIRA, A. C. P.; PEREIRA, M. P. Implementação da educação a distância na Universidade de Cabo Verde: análise de uma experiência-piloto. **Revista Educação, Formação & Tecnologias**, 3(2), 45-60, Nov. 2010. Disponível em: <http://eft.educom.pt>. Acesso em: fev.2013

SERRA, A.; ROCHA, A. **Metodologias de EaD na formação de recursos humanos**: experiências e perspectivas de duas instituições de Moçambique (A Politécnica e o IFBM). 2010. Disponível em: <http://www.saber.ach.mz/bitstream/10857/1669/1/4.%20Comunica%C3%BE%C3%92o%20Andrea%20e%20Rocha.pdf>. Acesso em: mar.2013.

SILVEIRA, A. P. R. **Proposta e discussão do modelo bLearning para a Universidade Pública de Cabo Verde**. 2008.214 f. II. Dissertação (Mestrado em Multimédia em Educação) – Universidade de Aveiro, Portugal.

SOUSA, E., S., B. **Evasão em um curso de inglês**: um estudo exploratório de suas principais causas. Dissertação de Mestrado. Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo. Pedro Leopoldo. Minas Gerais, 2008.

SOUZA JUNIOR, C. M. *et al.* **O Ensino a Distância na Universidade Federal de Sergipe (UFS)**: uma análise com base nas sinalizações dos acadêmicos bem sucedidos do polo da Universidade Aberta do Brasil da cidade de Estância-SE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 9. (edição), 2012, Recife. Anais... Recife: UNIREDE, 2012.

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE (UNI-CV). Comissão Nacional Instaladora. **Levantamento de experiências de ensino à Distância**. Praia, 2006.